IH!!! COMO PILATOS: UM FANTASMA MODERNO

¡UY! COMO PILATO: UN FANTASMA MODERNO

IH!!! LIKE PILATE: A MODERN GHOST

João Carlos Cattelan*

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –Unioeste

RESUMO: Tenho como objetivo neste trabalho, postando-me no mirante de quem produz um ensaio, analisar um conjunto de perguntas e respostas de uma pesquisa realizada pelo IPEA sobre “família e casamento e violência doméstica, psicológica, patrimonial e sexual” (sobretudo aquelas que dizem respeito à violência doméstica), que foi publicada em 28 de março de 2014. Pretendo, por meio da análise de parte deste questionário, atentar para um princípio de funcionamento discursivo que denomino como “síndrome de Pilatos”, querendo, com isso, significar que, diante de problemas de que tomamos conhecimento, optamos por “lavar as mãos”, por assumir que não podemos nos envolver e por encontrar alguém sobre quem possamos colocar a culpa e a responsabilidade, com isso, omitindo-se de nos imiscuir naquilo que poderíamos, talvez, ajudar a equacionar.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Pesquisa. IPEA. Violência. Omissão.

RESUMEN: Tengo como objetivo en este trabajo, desde la mirada de quien produce un ensayo, analizar un conjunto de preguntas y respuestas de una encuesta realizada por el IPEA sobre “familia y matrimonio y violencia doméstica, psicológica, patrimonial y sexual” (sobre todo aquellas que se refieren a la violencia doméstica), que fue publicada el 28 de marzo de 2014. Pretendo, por medio del análisis de parte de este cuestionario, fijarme en un principio de funcionamiento discursivo que nombro como “síndrome de Pilato”, queriendo, con ello, significar que, ante problemas de que tomamos conocimiento, optamos por “lavarnos las manos”, por asumir que no podemos involucrarnos y por encontrar a alguien sobre quien podamos poner la culpa y la responsabilidad, con eso, omitiéndose de inmiscuirnos en aquello que podríamos, quizá, ayudar a resolver.

PALABRAS CLAVE: Discurso. Encuesta. IPEA. Violencia. Omisión.

ABSTRACT: In this paper, placing myself in the position of an essay producer, I aim to analyze a group of questions and answers from a research on “family and marriage, and domestic, psychological, patrimonial and sexual violence” (especially those related to domestic violence), carried out by IPEA (Institute for Applied Economic Research), published on March 28, 2014. Through the analysis of a portion of the questionnaire, I intend to consider a principle of discursive functioning that I call “the Pontius Pilate syndrome”. With this, I mean that, in the face of problems about which we are aware, we choose to “wash our hands” by assuming that we cannot get involved and by finding someone on whom we can put the blame and responsibility on, which implies our omission to intervene in what we might, perhaps, help to equate.

KEYWORDS: Discourse. Research. IPEA. Violence. Omission.

* Professor da Graduação em Letras do câmpus de Marechal Cândido Rondon e da Pós-Graduação em Linguagem e Sociedade do câmpus de Cascavel, ambos da Unioeste. E-mail: <jcc.cattelan@gmail.com>.

Antes, é preciso pen(s)ar a partir dos outros: época dos artigos científicos e calvário; depois, quando a pesquisa se torna satisfação, é preciso pen(s)ar por si mesmo e se arriscar: eis os ensaios.

1 INTRODUÇÃO

Parece que sempre retornamos ao que já foi dito sobre o mundo, como se a memória¹ nos conduzisse inexoravelmente para a mesma resposta, seja por meio de um entorpecimento reflexivo ou de uma necessidade inconsciente de se manter numa zona de conforto, ou como se as respostas que tinham que ser dadas já tivessem sido construídas, nada mais sendo possível, que não se deitar em seu regaço e se deixar levar candidamente por seus (a) braços.

Na primeira via, o costume, a tradição, o comodismo, o medo e o interesse, entre outros fatores, conduziriam a uma repetição renitente e incessante, movida pela renúncia à capacidade de alteração de perspectiva ou pelo incômodo gerado pela falta de um sentido temporário sobre as coisas. Neste caso, estaríamos todos propensos a, preguiçosamente, manter a inteireza de um mundo introjetado ao longo dos séculos sob duras formas de assujeitamento. Na segunda via, o discurso, fonte da verdade última, tendo já se pronunciado com acerto e precisão sobre tudo, não mais teria necessidade de si mesmo, satisfazendo-se, então, placidamente, com a repetição apressada dos seus ditames imemoriais. Deste lado, as verdades já estariam todas disponíveis e nada haveria a se questionar em relação às conjunturas históricas que podem, eventualmente, discretizar o mundo de forma distinta.

Seja por uma via ou por outra, o nosso tempo parece assombrado por fios de sentido que se teceram em outros momentos e fixaram os trilhos da previsibilidade a ser legibilizada e a ser vivida. Ou porque estamos imersos em sentidos que cremos serem incontestáveis e tememos que a sua negação faça ruir a pouca estabilidade que a vida nos oferece ou porque juramos, candidamente, que as verdades já foram estabelecidas antes de nós; o questionamento, a dúvida, a crítica, a investigação e a polêmica são frontalmente rejeitadas e aqueles poucos que ousam se indignar são prontamente rechaçados (às vezes, eles são os “bandidos”).

Para a realização deste estudo, tendo como objetivo atentar para a existência de um fantasma imemorial ao qual o título deste ensaio faz referência, valho-me dos resultados de uma pesquisa do IPEA (2014) sobre “[...] família e casamento e violência doméstica, psicológica, patrimonial e sexual [...]” (IPEA, 2014), sobretudo aqueles que dizem respeito à violência doméstica, em que a premissa da omissão parece poder ser demonstrada de ponta a ponto.

A título de ilustração da resistência à mudança afetada pela memória a que me referi e com o intuito de que a introdução não fique tão abstrata, cito parte da pesquisa citada, em que, mesmo sem uma discussão demorada, fica evidente a determinação do pensamento “moderno” pelos ditames de um tempo e de uma história já perdidos no passado. Eis:

[...] 63,8% das/os entrevistadas/os concordam totalmente ou em parte com a frase “os homens devem ser a cabeça do lar”. 78,7% acreditam que “toda mulher sonha em se casar”. 59,5% concordam que “uma mulher só se sente realizada quando tem filhos”. 33,6% dos respondentes concorda ou se mantém neutra sobre a afirmação de que “a mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade”. 54,9% concordam que “tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama”. 46,2% discordam que “um casal de dois homens vive um amor tão bonito quanto entre um homem e uma mulher”. 59% concordam total ou parcialmente com a afirmação de que “incomoda ver dois homens, ou duas mulheres, se beijando na boca em público”. 51,7% das pessoas entrevistadas concordam que “o casamento de homem com homem ou de mulher com mulher deve ser proibido” (IPEA, 2014).

Sumariamente, é possível afirmar que a defesa do patriarcado, da mulher vocacionada para o matrimônio, para a maternidade e

¹ É preciso alertar que este trabalho se insere na teoria da Análise de Discurso de linha francesa, tomando-a como pano de fundo para as análises e para a demonstração do objetivo traçado. Porém, apesar deste débito reconhecido e sentido no uso de determinados conceitos, a escolha recaiu sobre não fazer uma seção teórica e nem discutir os conceitos utilizados, com o entendimento de que esta opção não prejudica a detecção do fio de sentido.

para a satisfação do marido, da existência de uma mulher sacra e outra profana e da heteronormatividade são os fios de crença que orientam as respostas dadas pelos respondentes da pesquisa. E não é impertinente assumir que o prisma de julgamento das pessoas está ancorado sobre um sistema de pressupostos que não nasceu com elas e nem faz parte do seu tempo vivido; são julgamentos atravessados, como afirmado, por uma memória que resiste ao tempo e dita as condutas avaliativas.

Contudo já é tempo de enfrentar o objetivo deste estudo e deixar de tergiversar, embora outros temas tenham uma relação intrínseca com ele. Assim como os dados acima revelam o débito do tempo atual com um tempo anterior, às vezes, imemorial de constituição, o princípio de funcionamento do discurso que pretendo demonstrar possui um ancoradouro milenar (talvez, mais do que isso), cujo exemplo emblemático reside em Pilatos e na opção do imperador por lavar as mãos em relação à condenação de Cristo. Creio que este acontecimento histórico, mais do que um acontecimento histórico datável, escancara concretamente uns dos, quem sabe, mais dramáticos comportamentos humanos: eu o denomino *Complexo de Pilatos*.

Divulgados em 27 de março de 2014, os resultados da pesquisa realizada pelo IPEA, aparentemente, surpreenderam o público, que julgou alarmantes os percentuais que o estudo trouxe à tona; eles escancaravam uma realidade que constitui o cotidiano de pessoas de todos os segmentos sociais. Mesmo que, depois, sobre alguns, a investigação tenha sido corrigida, na maioria dos casos, os números foram mantidos e apontam para o alto índice de violência que ameaça a vida em sociedade; neste caso específico, a comunidade brasileira.

Alerto para o fato de que, embora a pesquisa tivesse o objetivo de verificar a percepção das pessoas sobre formas de violência (sexual, doméstica, psicológica ou outra), indicando a concordância ou discordância com determinados comportamentos, não busco refletir sobre a temática (por mais que seja assustadora), mas me concentrar no que me parece o regramento, a regularidade, o funcionamento discursivo das respostas, que, reitero, independem do tema posto em foco (a forma de violência poderia ser outra qualquer). Em outros termos, tenho como fulcro central de observação o que os dados revelam sobre os respondentes, no sentido de se porem como responsáveis (ou não) por eventos violentos de que são conhecedores.

Dos dados recolhidos, considero treze, que me permitem, paulatinamente, sustentar a hipótese central mencionada: esta é uma sociedade que, dentre outros complexos, vive, no dia-a-dia, a experiência de acreditar que, como Pilatos, não tem responsabilidade pelas agruras sociais em que está mergulhada, vivendo a atitude narcísica de olhar para si mesma como isenta e para o outro como culpado pelos seus dramas. E, para evitar observar a si mesma no espelho que não deseja, censura quem ousa se rebelar contra o sistema.

2 TREZE RAZÕES PORQUE

Primeira Razão Porque

O primeiro questionamento aos entrevistados dizia respeito à interveniência ou não das pessoas em episódios que possam acometer a vida do casal em casa; 81,9% dos respondentes afirmaram que, neste caso, “o que acontece *não* interessa aos outros”. O pré-construído geral sobre o qual a pergunta se sustenta é o “interesse dos outros” na vida do casal, no sentido de as pessoas poderem/deverem interferir na sua vida particular, mesmo que, como se observa, o tema incida sobre casos sérios de convivência. Em que pese a restrição de o evento ser “em casa” (e não em público ou na casa dos outros, por exemplo) e se acreditar que ela não deve ser maculada em sua privacidade (e não estou dizendo que deva) e apesar de a pergunta não criar uma imposição comportamental por meio da pressuposição de envolvimento nos dilemas de outros (e estou dizendo que deveria), a questão é generalizante e, sobre ela, não pesa qualquer tipo de restrição que diga respeito a casais formados por familiares, amigos ou vizinhos. Os casais são quaisquer casais e a pergunta fechada, que só permite “sim” ou “não” como resposta, generaliza uma atitude, que, dada a escolha feita, desresponsabiliza (poderia responsabilizar, se os entrevistados fizessem a opção: o problema não é crucialmente a pergunta, mas a resposta dada) o respondente por qualquer situação conhecida, pertença ela a um círculo mais estreito de afeição,

ou seja ela distante de envolvimento afetivo-passionais. Além disso, não há também qualquer especificação do que significa “acontece em casa”, que, aparentemente, abrange um leque dilatado de eventos: desde os mais banais e passionalmente interessantes, até aqueles que podem comprometer o cotidiano das pessoas. Contudo, o ingrediente efetivamente relevante para a realização deste estudo e para a sustentação da hipótese assumida vem por meio do operador negativo *não*, que, na forma de negação polêmica (polifônica), rechaça a voz que, à distância, poderia afirmar que o respondente deveria se envolver. Ao assumir que aquilo que acontece com o casal em casa não é problema seu, o entrevistado se encontra desculpado a priori em relação a episódios familiares que presencie e conta, como se vê, além disso, com um alto pacto de convivência para com a sua forma de percepção e para com a omissão que o conduzirá (e o desculpárá) em caso de “necessidade”.

Segunda Razão Porque

A segunda indagação feita aos entrevistados era referente a se as pessoas, em briga de marido e mulher, (devem) *meter a colher*, ao que 78,7% dos respondentes se postaram de forma negativa, afirmando que este tipo de problema deve ser resolvido pelos dois, sem que os outros interfiram sobre o rumo que as coisas devem tomar. A breve análise feita sobre o índice de respostas obtido na primeira questão poderia ser repetido quase sem alterações neste caso. A questão é generalizante, sendo feita de modo a não apresentar qualquer especificação sobre o casal (que pode ser estranho ou pertencer às relações familiares mais estreitas: e não estou entendendo que isto deva significar obrigatoriamente uma forma diferente de atuação) e sobre o tipo de briga que poderia acontecer. No gradiente relativo a “casal” e a “briga”, há uma escala que leva do casal desconhecido àquele formado pelos filhos/pais/avós e a briga pode ser uma simples troca de palavras mais ríspida ou a colocação dos envolvidos em risco de vida. Porém, nenhuma restrição é feita, parecendo que a questão se refere ao episódio prosaico e trivial de alguma discordância entre duas pessoas sobre algo até certo ponto inconsequente. A questão, como se percebe, refere-se, genericamente, a brigas, sem, no entanto, indicar a quem remetem e que grau de perigo representam para os envolvidos (se é que tais restrições deveriam produzir alguma atitude diferenciada por parte dos conhecedores da situação). Repito: os respondentes poderiam questionar a condução fechada da pergunta e até responderem que se deve interferir nessas situações (sem que determinadas limitações sejam elementos pertinentes para atitudes distintas). Mas a resposta vem por meio da negação veemente, que contorna a contextualização de quando se deve ou não (se que isto deveria acontecer) ter alguma atitude. Em que pese, aqui, o termo ‘briga’ se referir a algo que é, de algum modo, sempre violento, o distanciamento, a omissão e a recusa de responsabilidade por uma situação que pode produzir consequências desastrosas são assumidos e o inquirido, como se percebe, faz parte de um “acordo” coletivo que o descompromete frente às brigas de casais que presencie. Por meio da negação sobre uma generalização irrestrita, o respondente se recusa a dever ter alguma iniciativa, alegando que deve ser neutro, inclusive porque, “depois, o casal se acerta e sobra para quem se envolveu”.

Terceira Razão Porque

A terceira pergunta da pesquisa abordava o ditado popular “roupa suja se lava em casa” e buscava descobrir o grau de concordância ou não com aquele ditame. Dos entrevistados, 89% afirmaram que é desse modo que as coisas devem acontecer, isto é: problemas vividos no lar dizem respeito apenas a quem é afetado diretamente por eles, não sendo adequado que sejam levados para uma outra esfera de circulação. Diferentemente das duas questões antecedentes, que, de algum modo, obrigavam o respondente a assumir se devia ou não intervir, aqui, ele é instado apenas a decidir se o casal tem o direito de levar para outras pessoas e locais a “roupa suja” que lhe afeta. Contudo, parece óbvio que, no limite, ele é imiscuído no fio do sentido, uma vez que admitir que problemas de casa podem ser levados para outras esferas significa assumir, por decorrência, que ele pode ser incomodado por “briga de marido e mulher” ou pelo que “acontece com o casal em casa”, o que parece indesejável, em face das respostas obtidas.

Novamente, percebe-se que a pergunta é genérica e não cria uma contextualização ou estabelece uma restrição sobre a quem a problemática atinge e sobre qual é o espectro coberto pelo sintagma “roupa suja”. E, outra vez, as pessoas poderiam exigir que a abrangência da pergunta fosse estabelecida ou, neste caso, responder “não”; ou seja, poderiam assumir que os demais podem

contribuir com a resolução de problemas enfrentados por casais. Porém, o acordo é grandiloquente e, mais uma vez, o problema é circunscrito àqueles que o vivem, independentemente de quem são os envolvidos e qual é o limite recoberto por “roupa suja”. Ao assumir que “roupa suja se lava em casa”, os entrevistados se afastam da problemática de outros e se recolhem a uma individualidade egocêntrica/individualista e à vontade de não serem incomodados pelo que é o drama dos demais, deixando sob a responsabilidade deles o que, talvez, pudessem ajudar a equacionar. Se, nos dois primeiros casos, a omissão é marcada pela negação polêmica, neste, é a afirmação superabundante que dá o tom e permite a assunção de omissão do entrevistado.

Quarta Razão Porque

O quarto item do questionário aplicado, desta vez, de modo explícito, abordava os casos de violência dentro de casa e inquiria sobre a quem competiria a discussão sobre estes eventos, reiterando, no entanto, como nas demais perguntas, o foco sobre a interveniência ou não de membros externos sobre os acontecimentos. Neste tópico, 63% dos participantes defenderam que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”. Renitentemente, não se questiona ou se especifica que casos de violência são esses e a quem atingem: são apenas casos de violência que ocorrem dentro de casa e que não recebem algum gradiente de maior ou menor perigo ou não se referem a um leque de proximidade entre os atingidos e os entrevistados. E, consistentemente com as respostas já dadas para as demais questões, os inquiridos não problematizam a possível contextualização ou as restrições que poderiam levar a uma resposta diferente. Eles aceitam o jogo e se denunciam ao enunciar, mostrando que se pautam na omissão e na neutralidade, que, conforme a voz geral, não passa de um mito, pois, ao escolher ser neutro, uma escolha é feita.

Chama a atenção, neste caso, que o efeito de sentido do sintagma “membros da família” não cobre o espectro do que, comumente, entende-se como “família”, em relação a ascendência, a descendência e a lateralidade, dentre outros fatores. ‘Família’, aqui, toma como referência apenas os que vivem na mesma casa, desobrigando os que, mesmo sendo membros, deveriam ter alguma iniciativa. Em que pese (como tiro que sai pela culatra) os respondentes liberarem os demais de terem que tomar uma atitude quando a violência os atinge (ou justamente por isso, como retribuição grata e cândida pela omissão concedida), também se acham liberados do dever de fazer alguma coisa, caso a problemática ocorra com uma família que não é a sua.

Ao assumirem que a discussão da violência em casa deve ser discutida “somente” pelos membros da família, os entrevistados assumem o pressuposto de que não lhes compete intervir no que, eventualmente, poderiam auxiliar a resolver; mas isto os retiraria da zona de conforto, colocando-os na ciranda de processos traumatizantes e dos quais não querem participar. O problema, portanto, é dos outros (da família) e a omissão sobredetermina as respostas.

Quinta Razão Porque

Na quinta pergunta, embora o questionário continuasse tratando de problemas domésticos, a questão focava a agressão da mulher pelo marido e o inquirido deveria concordar ou não com a tese de que “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”, ao que 26% dos entrevistados responderam positivamente. Neste caso, contrariamente aos outros, o índice se coloca na parte inferior da escala, o que poderia levar a defender a existência de um princípio normativo diverso do das outras questões, pois existe um pressuposto baseando as respostas que indica outras razões para a permanência da mulher com o marido (não gostar de apanhar), que recobre desde ingredientes familiares a fatores de ordem econômica, por exemplo.

Entretanto, mesmo que aqui o prisma avaliativo pareça estar pautado em outra ordem pressuposicional, a questão é genérica, pois não especifica quem é a “mulher” (não que isso devesse fazer alguma diferença crucial), que “agressão” está sofrendo (não que algum tipo de agressão deva ser aceito), quem é o “parceiro” (talvez ele pudesse ser ajudado de algum modo) e o que significa “gostar de apanhar” (haveria uma discussão complexa a ser feita). Tudo é pautado num acordo consensual, sem maiores reflexões e sem os

indicadores de contextualização necessários, caindo na generalização impertinente e sem elementos relevantes para a escolha. Porém, os respondentes aceitam o jogo e 26% (o que não é pouco) atribuem ao suposto “prazer” masoquista da mulher a aceitação da violência que sofre.

Em que pese estes 26% assumirem de pronto que a mulher é a culpada pela situação vivida, os outros 74% não deixam de se mostrar omissos, uma vez que, mesmo negando o pré-construído “gosta de apanhar”, fazendo inferir a existência de outras razões, estão ancorados no princípio de que cabe à mulher que vive os episódios violentos deixar o parceiro; se não o faz, o problema é dela e eles nada podem fazer, indo de encontro ao pressuposto que a pergunta/resposta veicula. Posto em outros termos: embora defendam que não é por gostar de apanhar que determinadas mulheres aceitam uma condição degradante, sair da situação só diz respeito a ela e não aos inquiridos, que nada podem fazer, com isso, omitindo-se de alguma responsabilidade.

Sexta Razão Porque

Os inquiridos, na sexta pergunta, deviam opinar sobre se é possível “entender que um homem que cresceu em uma família violenta agrida sua mulher”; 33,9% se posicionaram de modo positivo. De início, como em todos os casos, percebe-se que a questão é genérica, sem restrição alguma e sem qualquer fator de contextualização que a situe sobre o seu escopo de aplicação. O “homem” e a “mulher” podem ser quaisquer uns e não há especificação sobre a violência abordada (e não estou entendendo que, dependendo do tipo de violência, de quem seja o homem ou de quem seja a mulher, o ato violento seja desculpável).

No caso deste tópico, contrariamente aos anteriores, o foco de atenção incide sobre se é possível entender (aceitar) que um homem agrida uma mulher, desde que esteja sustentado pelo fato de ele ter crescido numa família violenta, o que permite pleitear a produção de alguns efeitos de sentido. Um se refere a ele poder, já que cresceu num meio violento, usar de violência contra a mulher, pois é mais uma vítima do ambiente social que o (des)educou: está desculpado. Outro é relativo à transferência de responsabilidade para a família, pois, em última instância, ela criou aquele que agride, tornando-o agressivo; a culpa não é dele, mas dela, como se o homem fosse produto do ambiente em que vive: velha tese realista/naturalista. O terceiro diz respeito à visão fatalista de que o mundo social funciona de maneira mecânica, acreditando-se que, dada uma causa, uma consequência se impõe imperativamente. A culpa, então, migra para as engrenagens “lógicas” do universo social, como se não se pudesse contrariá-la. Por fim, decorrente dos três primeiros, o quarto permite concluir que o inquirido, pela defesa de que quem presencia violência se torna violento, de que a violência é produzida por quem a demonstrou no seu cotidiano ou de que, dada uma causa, a consequência ocorre mecanicamente (velha tese comportamentalista), não pode interferir sobre o que acontece, já que, em teoria, não é violento, não veio de um ambiente agressivo e está fora das causas mecânicas que poderiam afetá-lo.

Mesmo que 66,1% dos entrevistados tenham respondido que não é possível “entender” a agressão, ainda assim, entre “entender” e “fazer”, parece haver um fosso intransponível.

Sétima Razão Porque

Na sétima questão da pesquisa, os entrevistados deveriam se posicionar em relação à hipótese de que “é da natureza do homem ser violento”; 74,7% discordaram. Outra vez, como se percebe, a questão é genérica: ela não aborda o que significa “ser violento”, de que tipo de violência está tratando e o que deve ser entendido como “natureza”, em que pese a especificação dessas restrições não deverem desculpar atos violentos de um ou do outro lado do espectro.

Importa, porém, reter, do percentual obtido neste caso, o fato de que a pergunta está pautada no pré-construído de que o homem é violento, faltando apenas verificar se é por natureza ou por algum outro ingrediente posterior que o leva a ser agressivo, e de que as respostas (a maioria, pelo menos) estão ancoradas no pressuposto de que a agressividade não ocorre por causa da natureza, mas por

um outro fator a ser revelado, sem que, no entanto, destruam o primeiro elemento, tomado como algo dado e inquestionável: o homem é violento.

Se, de um lado, tem-se que a violência faz parte da natureza do homem, do outro, ela seria inserida no seu comportamento pela sociedade: eis a tese de que o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe. Em outros termos e para retomar o fio do trabalho, ou é a natureza que leva o homem a ser violento, ou é a convivência social que o conduz à violência, dando ao inquirido o ancoradouro para se desresponsabilizar por agressões que venha a presenciar, com quem quer que seja, já que a violência é motivada por fatores fatalistas, de um lado, ou sociais, de outro, sobre os quais os entrevistados julgam nada poderem fazer. Se o alto percentual de discordância, via pressuposição, atribui a violência do homem a outros fatores que não a sua natureza, sem que, porém, questione o pré-construído veiculado pela pergunta, não se pode esquecer que 25,3% o aceitaram, assumindo o ponto de vista de que o homem é naturalmente violento, caso em que a suposta impotência frente aos casos de agressão é assumida radicalmente. Seja, portanto, por uma causa (natural) ou por outra (social), todos os inquiridos aceitaram a hipótese de que o homem é violento e, se é assim que tudo acontece, nada se pode fazer, pois ser ou deixar de ser violento independe da vontade do próprio homem, quanto mais da interveniência de algum elemento extrínseco ao fenômeno: a omissão está justificada.

Oitava Razão Porque

O oitavo questionamento dizia respeito à concordância (ou não) com o ponto de vista de que “a mulher que apanha em casa deve ficar quieta para não prejudicar os filhos”; 82,1 % dos entrevistados disseram discordar da afirmativa, colocando-se, portanto, favoráveis a que ela não aceite a violência, mesmo que essa atitude venha a prejudicar seus filhos.

Neste caso, apesar de a pergunta se sustentar sobre o pré-construído de que os filhos não podem ser prejudicados, as respostas sinalizaram outra direção pressupositiva de juízo, pois, de acordo com elas, a mulher que é agredida não pode aceitar a violência que sofre, já que a situação violenta atinge a todos os seus, rebelando-se ou não. Persistentemente, a questão é construída de forma genérica, sem nenhum elemento circunstancial que discrimine quem é a mulher (mãe, filha, vizinha), quem são os filhos (da família, de outros, de pessoas ricas ou pobres) e de que grau de violência se trata, embora “apanhar” seja sempre violento.

Assim, o princípio interacional posto em jogo é aceito e, no modo da convivência silenciosa, os inquiridos aceitam a regra de dar *sim* (ou *não*) como anuência, neste caso, à problemática em foco. Há, ainda, outro pressuposto na questão que, talvez, devesse ser causa de preocupação (mas que é mantido em silêncio): com a restrição feita por “em casa”, fica estabelecido que os atos violentos ocorridos em ambientes exteriores não deveriam provocar sobressaltos. E, de todo modo, se algo precisa ser feito, a incidência discursiva focaliza a mulher, cabendo-lhe, por ser quem está submetida ao tratamento agressivo, a iniciativa de não “ficar quieta”, eximindo os respondentes da obrigação de tomar uma atitude. Seja, pois, na pergunta, que já de início pactua com a desresponsabilização, ou com as respostas, que, de pronto, aceitam o jogo que exige os respondentes frente ao problema topicalizado, a solução deve partir da mulher, que, se nada faz, deve “gostar de apanhar”. Os 17,9% que se posicionaram no sentido de assumir que a mulher que apanha deve ficar quieta para não prejudicar os filhos (estranho que isso não seja tomado como uma preocupação por parte do homem) só fazem, no limite, escancorar de modo mais enfático a omissão que sobredetermina o discurso omissivo de que cabe à mulher (e somente a ela) não ficar quieta.

Nona Razão Porque

Na nona consulta aos entrevistados, a pergunta incidia sobre a concordância (ou não) com a defesa de que, “quando há violência, os casais devem se separar”. Neste caso, o índice de concordância com a separação chegou a 85%.

O primeiro aspecto que chama a atenção é o pressuposto veiculado pelo operador argumentativo temporal *quando*, que, no limite,

poderia ser substituído pelo condicional *se*. Em outros termos, se os casais devem se separar “quando há violência” (ou apenas se há), conclui-se que, quando *não* há, eles devem permanecer juntos, em que pese a falta de restrição sobre como as relações ocorrem, mesmo com a ausência de violência; talvez, haja casos em que a ausência de violência não seja exatamente o maior problema que os casais compartilham. De novo, a pergunta genérica e indeterminada cria um círculo vicioso, que ataca uma problemática de maneira superficial, sem lhe dar a abrangência necessária: esta parece ser a tônica de todo o questionário.

O segundo aspecto diz respeito aos 15% que assumiram que, mesmo quando há violência, os casais devem permanecer unidos, em que pese a dramaticidade que pode cercar os episódios agressivos vividos no lar: pelo homem, pela mulher e pelos filhos. Ou seja, sem violência, a vida já pode ser vivida em sobressaltos, mas, de acordo com estes 15%, mesmo com causas mais avassaladoras, o casal deve manter a “relação”. Pesa aqui, sobretudo, a defesa da indissolubilidade do casamento, discurso bastante corrente na atualidade.

O terceiro fato digno de menção se refere ao pré-construído que alicerça a pergunta e que parte do princípio de que uma das saídas, neste caso, para a violência, é a separação; de determinada maneira, esta é uma saída descomprometida e cômoda, que facilita a vida de quem a toma, mas não considera como ela afeta a todos os envolvidos, considerando os depoimentos colhidos dos filhos que passam pela situação de separação dos pais. Separar-se se tornou uma saída tão trivial que, entre fazer algum esforço para recuperar o que levou uma relação a se consolidar, busca-se o conforto maior e menos provocador de autocritica. Por fim, dado o objetivo deste estudo, importa atentar para o fato de que 85% dos respondentes aceitaram o engodo da questão, atribuindo ao casal (e só a ele) o dever de se separar em caso de violência, distanciando-se de algum envolvimento que pudessem ter, no caso de entenderem que poderiam ter alguma responsabilidade sobre os episódios de violência doméstica presenciados.

Décima Razão Porque

Na décima pergunta, os respondentes se manifestaram sobre se “o homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia”. Aqui, o índice de concordância foi o maior alcançado, com 91,4% de anuência/convivência. Alguns efeitos de sentido produzidos pelo questionamento e pelas respostas merecem ser realçados, considerando a relevância e a pertinência para este trabalho.

Um se refere ao pré-construído de que a punição para a agressão em destaque é “ir para a cadeia”, que carrega o pressuposto de que não há outra saída para o homem agressor: nem interveniência dos seus, nem tratamento psicológico, nem internamento temporário, nem acompanhamento médico; simplesmente, a cadeia. De todas as saídas para a problemática especificada, a cadeia é a mais fácil e a mais cômoda, porque exige menos tempo e esforço de quem presencia episódios desta natureza e transfere para outros a resolução do problema.

O outro diz respeito à oração restritiva “que bate na esposa”, que cria algum grau de especificação em relação ao homem que deveria ser preso. Mas, apesar, do ingrediente circunstancial, a pergunta é genérica, pois não especifica de que homem se trata, que razões o levam à agressão, que medidas foram tomadas antes de levar à reclusão, o que significa exatamente “bater” (não que isto fosse desculpável em algum grau) ou outras constrições que poderiam fazer a escolha pelo “sim” ser menos grandiloquente. “Bater na mulher” é, apressadamente, assumido como possuindo uma única saída: a prisão (e nenhuma outra possibilidade). Nem se cogita a aplicação dos atenuantes que, em geral, são observados em casos de crime. Para não correr o risco de incompreensão, reitero: não defendo qualquer modo ou nível de agressão; apenas entendo que a cadeia não é a única (se é que é uma) alternativa.

O último, por fim, é relativo ao escopo da pergunta se referir apenas ao homem: em que pese a pergunta focar a violência contra a mulher, esta não é a única forma de violência contra ela e não é somente contra ela que a violência acontece: às vezes, é ela quem agride. De todo modo, chegando ao fio condutor deste estudo, atento para o fato de que a violência, neste caso, tem como solução a prisão feita pelos encarregados de fazer com que ela aconteça, novamente, desresponsabilizando os respondentes. Em outras palavras, a omissão e o descompromisso continuam sendo a toada do discurso.

Décima Primeira Razão Porque

A décima primeira pergunta buscava descobrir se os entrevistados achavam que “a questão da violência contra as mulheres recebe mais importância do que merece”. 73% deles discordaram da afirmação, o que significa que a problemática deveria continuar recebendo a atenção recebida. Mas é preciso perceber que isto não quer dizer que a preocupação deva ser dos participantes. Pode-se afirmar que a questão se ancora sobre um pré-construído dado como estabelecido: a violência contra as mulheres deve receber atenção, sendo que o foco incide sobre um grau maior ou menor. Este ancoradouro avaliza de modo positivo determinadas atitudes da sociedade atual; mas, por outro lado, formulada como é, a pergunta mantém fora do seu alcance a quem compete enfrentar a problemática quando ela ocorre. Sem especificação sobre o grau de envolvimento passional do participante da pesquisa nos casos de violência “contra as mulheres” (um plural genérico, que, no limite, não se refere a ninguém pontualmente, mas apenas a um gênero), parece cômodo discordar ou concordar, porque, como a questão é impessoal, isenta o entrevistado de assumir uma postura individual de ação frente à temática.

Do modo como a questão é formulada, há uma imposição crucial sobre o entrevistado: ele deve dar atenção para o operador argumentativo *mais/do que*, cujo escopo foca “importância”, pois é em relação a ele que ele deve se posicionar. Por meio dele (do conectivo), é criada uma rede rarefeita de opções, que não oscila entre um polo e outro, mas somente permite o movimento entre como está e o que poderia ser menos. Em outras palavras: ao perguntar se a violência contra a mulher recebe mais importância do que merece (o que permite pressupor que a atenção dada já é bastante representativa), o leque de escolhas varia entre ficar como está (o que é ratificado pela opção dos respondentes) ou ser menos, em face da superestimação de uma problemática. O uso do operador comparativo *mais do/que*, por ser *mais*, impede que o entrevistado possa afirmar que o assunto recebe *menos* atenção do que deveria. Fosse a questão formulada com *menos* e o respondente teria uma possibilidade de opção entre o que se faz e a ampliação do debate sobre algo dramático.

De toda sorte e voltando ao ponto: como a atenção para esta violência não é do entrevistado, mas a dos recursos midiáticos, por exemplo, ele está eximido de se inserir no debate e pode apenas dizer *sim* ou *não*, sem se comprometer com a solução de problema vivencial muito sério.

Décima Segunda Razão Porque

A décima segunda questão, sob um prisma diferente, embora trate de uma forma de violência contra a mulher, buscava verificar o grau de concordância sobre a afirmação de que, “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. A concordância chegou a 58,5%, o que permite inferir que a maioria dos pesquisados entendeu que o grande número de estupros é oriundo do comportamento da mulher, em detrimento de pesquisas que mostram que eles não têm uma relação necessária com a atitude feminina, já que, em geral, esta violência é cometida contra indefesos do círculo de familiares e amigos.

De toda sorte, a questão se ampara no pré-construído de que “há estupros”, o que justificaria uma pergunta específica sobre o tema; mas, nada é dito sobre eles e uma percepção fatalista acaba sobredeterminando o enunciado, relegando-os ao silêncio. A inflexão crucial da questão incide sobre algumas regiões do intradiscurso e elas são dignas de nota. A primeira se refere ao uso do elemento comparativo *menos*, que confirma a “cultura do estupro” e logra somente assumir que ela seria minimizada em face da restrição apresentada; ou seja, ela só chega aos altos índices conhecidos, porque há algum comportamento permissivo por parte da mulher, que é, assim, deslocada da condição de vítima para ré.

A segunda região do interdiscurso, oriunda do ingrediente de comparação, refere-se à passagem “como se comportar”, que se apoia num leitor conivente com determinada leitura de mundo e que aparenta saber do que se fala, embora o item lexical “comportar” não tenha a especularidade desejada, sendo saturada ao “bel-prazer” deste ou daquele prisma ideológico. Se os índices de estupro

são alarmantes, o autor do questionário, o entrevistador e os entrevistados acabam de encontrar uma explicação cômoda: é o mau comportamento da mulher que faz os percentuais serem elevados, em que pese, em geral, o estupro não estar relacionado com alguma provocação lasciva e nem ser evitado com bom comportamento. A “lógica”, como se vê, é falaciosa.

A terceira, enfim, é produzida pelo condicional *se*, que veicula o pressuposto de que o estupro acontece, porque a mulher não sabe se portar como pessoa “direita”; se soubesse, muitos casos seriam evitados, o que parece irracional, dada a ausência de lógica da reflexão. Contudo, todos estão satisfeitos, haja vista o desengano de consciência por meio de atribuição de culpa à mulher. Valeria a pena ouvir seriamente os 41,5% que assumiram que o estupro não diminuiria se a mulher se comportasse bem (seja lá o que isso signifique). Mas a voz dissonante parece ficar perdida frente à maioria dos que preferem apontar a culpa para outrem, podendo, dessa forma, convencer-se de que nada têm a ver com um problema criado pela mulher.

Décima Terceira Razão Porque

A décima terceira pergunta selecionada para produzir este trabalho tinha como objetivo verificar a opinião dos entrevistados em relação à afirmação corrente de que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. 65,1% concordaram com o ponto de vista, fazendo coro ao senso comum, apressado e falacioso.

O pano de fundo da questão se ampara sobre o conhecimento de que há mulheres que são atacadas por diversos motivos e, quanto a isso, entrevistador e respondentes estão acertados. A inflexão incide, sobretudo, no verbo “merecer” que a agressão aconteça, para o que contam favoravelmente as restrições feitas por meio das orações adjetivas antecedentes. Em outras palavras, não se problematizam os ataques, que são aceitos como um princípio fatalista e irrevogável, cabendo apenas estabelecer se determinados ingredientes podem recrudesce-los.

Um deles, que, supostamente, aumenta o número de ataques, é relativo a roupas “que mostram o corpo”, o que permite inferir que corpos cobertos evitam a agressão e que há modos estratégicos de se vestir que impedem a violência. Não é exatamente por se trajar de uma maneira mais ou menos sumária que mulheres são vítimas de agressão sexual: no mais das vezes, este sequer é um fator que tenha provocado algum tipo de vitimização.

Por fim, no tocante a este tema, há um princípio moralizante imiscuído no enunciado que prega que há uma maneira correta de vestir o corpo, que deve ser preservado da observação pública, em que pese os homens não serem afetados por este ditame. O outro elemento responsável por aumentar a agressão sexual contra as mulheres (que usam roupas que mostram o corpo) residiria, em tese, no fato de elas escolherem se vestir de uma maneira inadequada, o que, não acontecendo, preservaria aquelas que atendem ao modo estabelecido. De novo, tem-se uma argumentação falaciosa, pois, mesmo as que se trajam adequadamente (às vezes, até ao extremo) e não vestem roupas que mostram o corpo sofrem a violência em pauta. E é preciso sempre reiterar que, na grande maioria dos casos, roupas que mostram o corpo não são fatores decisivos (ou nem são uma causa) para ocorrências de estupro. Mas importa, sobremaneira (parece), que a questão abre a possibilidade de atribuição de casos de violência sexual a uma maneira de trajar o corpo (e sem refletir sobre se todas as mulheres possuem condições de se trajar ao sabor da moralidade estabelecida) e, por decorrência, de fazer com que a mulher seja a culpada pela agressão que ela sofre. Outra vez, como se pode perceber, a culpa está em outro lugar: no outro; e aquele que presencia ou fica sabendo de algum episódio de agressão sexual se inocenta com “argumentos” falaciosos como o que acaba de ser analisado brevemente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retorno, enfim, ao objetivo a que me propus com a realização deste trabalho: a tese de que a omissão é um fio de sentido que atravessa o tempo humano e tem em Pilatos o ícone majestoso de sua existência. Postulo que, diante de uma problemática, quando

ela não afeta diretamente o envolvido, a saída recai sobre a atribuição de responsabilidade aos outros, como no acontecimento histórico do governador romano que preferiu lavar as mãos a decidir sobre a vida ou a morte, em que pese, no seu caso (ou talvez, então, a atitude seja ainda mais perniciososa), a decisão estar carregada de consequências políticas e sociais.

Para tornar mais explícita a tese assumida, chamo a atenção para o fato de que, diante dos questionamentos selecionados e analisados, de maneira geral, não se pode sentir algum grau de comprometimento do entrevistado com as problemáticas levantadas. Ou a responsabilidade e/ou resolução adviria do casal (perguntas 1, 2, 3 e 9), dos membros da família (pergunta 4), da mulher (perguntas 5, 8, 12 e 13), do homem (pergunta 6), da natureza ou da sociedade (pergunta 7), das autoridades (pergunta 10) ou da mídia (pergunta 11). Mesmo que se deva considerar que o modo de produzir as perguntas direciona as respostas para uma determinada apreciação, ainda assim, todos os indicadores revelam um dedo acusatório que se dirige deitadamente para o exterior e nunca para a autocrítica e para o envolvimento subjetivo do respondente.

Chamo a atenção para o fato de que, por mais que eu julgue que a “síndrome de Pilatos” nos açambarque com uma eficácia assustadora, a demonstração deste fenômeno, aqui, foi feita com o amparo de parte de uma pesquisa e com o uso de treze perguntas apenas, o que parece pouco relevante para atestar um comportamento abrangente, considerando que, supostamente, ele alcançaria uma magnitude considerável. Deixo para o leitor a tarefa de problematizar este texto e até, no limite, mostrar a sua inconsistência. Contudo, a tese me parece razoável, porque, no limite, ela esclarece, inclusive, porque não gostamos de quem polemiza e questiona.

Para concluir, gostaria de atentar para duas ordens de problemas que me parecem ser elucidativos da hipótese que alinhabei neste trabalho. Um diz respeito às atitudes de segregação em relação às minorias sociais: mendigos, abandonados, drogados, sem-terra, sem-teto, gays, lésbicas, pobres, negros (alerto *enfaticamente*: não sobredetermino estes termos com qualquer carga preconceituosa, pejorativa ou demeritória; a troca de ‘negro’ por ‘afrodescendente’, por exemplo, do meu ponto de vista, só faz varrer o problema para debaixo do tapete e esconder um problema social sério de marginalização e discriminação). Parece um fenômeno bastante recorrente que, quando estas pessoas se tornam objetos de discurso, são mantidas à distância, sendo ditas pela voz de outros, que as culpabilizam pela situação adversa. Mesmo aqueles que teriam algum poder de dissolução das condições de exploração preferem se esconder atrás de desculpas falaciosas, como preguiça, falta de esforço, livre-arbítrio, terrorismo, doença, raça e outras maneiras de evitar enfrentar de frente fenômenos desumanos e predatórios.

O outro se refere ao fato de que, politicamente, parecemos estar sempre à espera de um “salvador da pátria” que, todo-poderoso e com saberes extraordinários, seria capaz de retirar, num passe de mágica, as pessoas da sua condição adversa de marginalização ou de algo, talvez, menos dramático. E não tem faltado quem se aproveite da espera de um futuro melhor a ser trazido por um super-homem para criar toda sorte de mistificações e incongruências. Promessas assumem atender aos desejos sociais e são esquecidas num lance fugaz de tempo; mas, então, a preferência geral, contrariamente a assumir as rédeas do seu destino, recai sobre acreditar que no próximo processo eleitoral aparecerá enfim o predestinado a resolver magicamente todos os dilemas vividos, numa repetição cíclica interminável. Tanto num caso quanto no outro, lavamos as mãos, nada temos a fazer ou a decidir e matamos o tempo; e ele nos enterra: *Pilatos*.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

IPEA. Tolerância social à violência contra as mulheres. 2014. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf (pesquisa completa com gráficos e resultados). Acesso em: 24 dez. 2017.

ONU MULHERES. Tolerância social à violência contra as mulheres. 2014. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/28-03-14-ipea-lanca-pesquisa-sobre-tolerancia-social-a-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 24 dez. 2017.

PÊCHEUX, M. *Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso*. In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Trad. Eni P. Orlandi. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 283-294.

PÊCHEUX, M. Notas sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Trad. Pedro de Souza. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 55-71.

PÊCHEUX, M. Língua e ideologia. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. p. 87- 94.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani et al. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p.61-161.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani et al. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 163-179.

PÊCHEUX, M. A forma-sujeito do discurso. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. p. 159-185.

PÊCHEUX, M. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*: Michel Pêcheux. Trad. de Cláudia Pfeifer. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 163-173.

PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. p. 293-307.

PÊCHEUX, M. Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal. In: ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*: Michel Pêcheux. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 107-119.

Recebido em 22/01/2018 . Aceito em 10/04/2018.